A T A Resumida
Plenária EXTRAORDINÁRIA
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO TIETÊ

LOCAL: RUA BOA VISTA, Nº 170 – Mezanino - Edifício Cidade I, Bloco A, Sé, na cidade de São Paulo.

Aos vinte e nove de junho de 2006, às 14:00 horas, reuniram-se os representantes e convidados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido em Convocatória 05/06.

O Sr. Romildo Campello Vice-Presidente do CBH-AT abrindo a plenária cumprimentou a todos, dando as boas vindas.

Seguindo a pauta dos trabalhos a plenária do CBH-AT, deliberou e encaminhou :

2- O Sr. Márcio Corrêa Ribeiro, Secretário Executivo encaminhou que a Ata fosse enviada aos membros do colegiado para apreciação.

3- Não houve informes da Presidência.

4- Pelos informes da Secretaria Executiva, cedida a palavra para a Sra. Márcia Nascimento, representante segmento Governo do Estado SMA/CPLEA, informou que o plenário do Subcomitê Billings-Tamanduatei deliberou que os projetos FEHIDRO incluíssem na revisão do cronograma físico-financeiro no mínimo duas dinâmicas informativas acerca do andamento de cada projeto a serem definidas em etapas significativas do projeto, para o acompanhamento do Subcomitê, e sugeriu que o procedimento fosse ampliado para os demais Subcomitês. Comunicou também que estava disponível a publicação Informação e Monitoramento Ambiental do Alto Tietê Cabeceiras, pela SMA/CPLEA, e outra sobre Desmatamento e Recuperação Florestal.

O Sr. Secretário Executivo procedeu aos informes sobre o andamento do projeto PDPA do Subcomitê Cabeceiras, "Do ponto de vista jurídico, isso é uma licitação pública, foi feito um pregão. Veja, se o DAEE faz uma alteração de escopo o Tribunal não deixa nem prosseguir. (...) Nós vamos construir essa solução e vamos trazer aqui, até porque para fazer isso temos de ter uma deliberação do Comitê, só o Comitê pode indicar um cancelamento do contrato, fora isso uma desistência formal e os recursos voltam para o nosso Comitê. Para indicar um outro tomador precisa da anuência do Comitê de Bacia." Disse também que na próxima reunião pautariam importantes questões da Agência da Bacia para que o Comitê pudesse acompanhar de perto o andamento dos trabalhos da Agência da Bacia, lembrou que ela era subordinada ao Comitê.

O Sr. Delmar representante do segmento Prefeituras pela P.M. de Guarulhos encaminhou para que não retirassem do escopo do PDPA o item águas subterrâneas, mas que ao invés poderiam revisar alguns subtemas do item. O Sr. Secretário considerou acerca da similaridade de caminhos do PDPA e do Plano da Bacia do Alto Tietê, " Agora, um ou outro poderia ser mais aliviado porque eles caminham juntos, e essa é uma alternativa que consideramos para não retirar nada do escopo, para que os dois trabalhos se complementem. (...)A solução construída é para abreviar contratação, ou seja, uma licitação direta com outro tomador executor, seja a própria SMA, e se em uma solução negociada a SMA quiser fazer, não há problema nenhum, só mudamos o tomador a ser indicado. A solução que estamos construindo é a solução possível. Isso que quero esclarecer. O que falamos não é de cortar elementos do escopo."

O Secretário informou sobre o evento ocorrido na região Sorocaba, no Município de Iperó, que reuniu todos Comitês de Bacia e do Seminário em Campinas sobre a cobrança pelo uso da água, "E a primeira coisa que quero dizer é que estamos adiantados em relação ao resto, porque de todos os Comitês, só quatorze tem o Plano da Bacia aprovado e somos um deles, e de todos aprovados só três tem plano de investimento aprovados, então estamos relativamente adaptados ao calendário e a proposta que fiz, pela especificidade do Comitê, pela complexidade da RMSP, e tenho colocado isso na Câmara Técnica, com esse acompanhamento de perto sobre a cobrança pelo uso da água, mas é bem provável e vou tentar construir essa posição, que essa apresentação que foi feita para todos os Comitês, possa ser feita em uma apresentação para o nosso Comitê.

Não para o público ainda, porque temos de construir ainda a política de formação de preços, a parte física da cobrança." E ainda, que precisavam criar GTs, como o GT do Plano da Bacia para interagir com a Consultoria executora do Plano da Bacia e até o mês de julho seriam instaladas as Câmaras, com a eleição de seus coordenadores. O Sr. Miron Rodrigues da Cunha, Presidente da Fundação Agência da Bacia registrou que o Economista Alexandre da Agência da Bacia estava presente no evento de Campinas. O Sr. Nélson Pedroso, representante do segmento Sociedade Civil, entidade AGDS, solicitou reunião imediata com os membros da Sociedade Civil, acerca dos custos adminsitrativos referentes aos recursos financeiros do FEHIDRO "...Está chegando a um ponto que daqui a pouco não compensa mais para a Sociedade Civil pegar recurso, porque ela gasta cerca de 60% só de despesas administrativa para administrar os recursos, restando só 40% para o foco central, o projeto. Portanto a Sociedade Civil está questionando a tramitação dentro do sistema sobre os nossos recursos. Há reclamações de toda a bacia e de todo o Estado de São Paulo sobre isso."

5.1- Deliberação CBH-AT nº. 06/06 dispondo sobre a indicação ao FEHIDRO dos empreendimentos a serem financiados com recursos financeiros do FEHIDRO destinados ao CBH-AT, para o exercício de 2006, dando outras providências.

A Presidência colocou em discussão a deliberação.

O Sr. Roberto Terassi, representante segmento Sociedade Civil, entidade ACISE disse, "...o que vemos, infelizmente, é que temos projetos que estão como suplentes aprovados, como o caso da Prefeitura de Embú que tem dois projetos extremamente interessantes. E vemos na verdade na planilha do Comitê, acho que na verdade termos de dar uma prioridade para as Prefeituras, porque as Prefeituras estão em uma carência tão grande para realizar obras tão importantes, principalmente estas de manancial. E vemos dois projetos da Prefeitura de Embú como suplentes. E vemos que alguns Tomadores já tomaram projetos no ano passado e também tem tomador que também estão em outros Subcomitês e também nunca tomaram nenhum projeto, então peço aos companheiros que avaliassem isso, e fizessem uma reflexão, acho que realmente as Prefeituras tem um dever muito grande de sustentar diretamente os projetos que vão direto para a comunidade."

O Presidente colocou em votação a Deliberação CBH-AT nº. 06/06.

Aprovada.

5.2 Acerca do item outros assuntos, o Sr. Gilmar Altamirano representante pelo segmento Prefeituras, SVMA/P.M de São Paulo apresentou importantes considerações sobre a renaturalização dos rios e córregos no Município. Dentre os vários pontos importantes destacamos que o debate ocorreu à semelhança no IV Fórum Mundial de Águas. Onde apontou-se, primeiro, a grande dificuldade da gestão integrada dos recursos hídricos, segundo, a concentração e a preservação das bacias hidrográficas nas Áreas de Proteção e terceiro a questão dos rios urbanos, as enchentes, os riscos e a qualidade das águas nas Metrópoles além da comunicação entre os atores, as ações paralelas, os projetos desencontrados e investimentos errados. Disse que o Comitê é o Fórum adequado para buscar novos paradigmas pois envolve o poder público e a Sociedade Civil, na gestão das bacias hidrográficas, e para tanto devem considerar a interdiciplinaridade e o conjunto, o entorno do rio na sua integração com a comunidade, "Então a renaturalização dos rios, que se tem falado muito, não é trazer o rio ao que ele era, mas recupera-lo as suas condições naturais do sistema hídrico, após a coleta e tratamento de esgoto com um sistema de controle da qualidade da água. É um avanço que ocorre no mundo e ocorre porque há uma gestão integrada... (...)E as vantagens, além de trazer a vida da cidade e reduzir as enchentes, não há necessidade de grandes obras, há economia, a não ser quando vamos desmontar como aconteceu agora, mas temos muito menos obras, obras menos estruturais. É um outro paradigma. Os custos para a renaturalização são pequenos em comparação às obras que também tem manutenção onerosa. É um outro paradigma para quebramos em nossa sociedade. Como resultado do processo ocorrem melhorias ambientais, restabelecimento da fauna e flora, além das vantagens econômicas para a região."

Enquanto Secretário Executivo coordenei a execução desta Ata, elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião. A Ata Completa contém a íntegra da reunião plenária.